

CARTA-MANIFESTO

Nós, participantes do **II Intercâmbio de Agroecologia e Soberania Popular da Chapada Diamantina**, realizado na comunidade de Colônia, município de Itaeté, Bahia, entre os dias 07 e 09 de setembro de 2023, vimos a público expressar nossas preocupações, anseios e reivindicações acerca dos temas discutidos durante o encontro.

Nos debates destacaram-se questões fundamentais como a soberania popular, os atuais e potenciais danos futuros que serão causados por empreendimentos minerários, o licenciamento ambiental a serviço do grande capital, a preservação do **patrimônio socioambiental da Chapada Diamantina**, a importância de se manter as comunidades em seus territórios, a proteção das unidades de conservação e o respeito às decisões e direitos das comunidades ribeirinhas, de fecho e fundo de pasto, quilombolas, indígenas e dos povos tradicionais. Além disso, enfatizamos a relevância da organização coletiva e da incidência política nas diversas instâncias jurídicas e sociais.

Declaramos nosso compromisso com a soberania popular como via para o enfrentamento da crise climática mundial e, nesse sentido, as comunidades e instituições presentes comungam e se comprometem com a valorização da identidade socioambiental, econômica, política e cultural do Território Chapada Diamantina, assim como com os pontos elencados abaixo:

- Cumprimento da legislação relativa à consulta pública prévia e informada às comunidades sobre empreendimentos que possam incidir sobre seus territórios;
- Livre determinação, soberania e autonomia das comunidades rurais e povos tradicionais, sobre os temas: questão hídrica, territorial, fiscal, jurídica, ambiental, saúde, educação, cultura, saneamento, assistência social e infraestrutura;
- Soberania popular sobre os empreendimentos do capital: mineração, agronegócio, hidronegócio, energia e outros;
- Políticas públicas e práticas de incentivo à agroecologia entre as comunidades rurais e povos tradicionais, envolvendo a juventude e as mulheres em suas vocações e potencialidades locais;
- Promoção e criação de políticas públicas para o empoderamento feminino através da agroecologia, da economia solidária e do bem- viver;
- Combate ao racismo estrutural, ambiental e à violação de direitos;
- Certificação e demarcação dos territórios das comunidades tradicionais;
- Titulação de terra das comunidades rurais, que há anos se encontra paralisada;
- Construção, debate e produção de uma articulação permanente e coletiva da realidade socioambiental da Chapada Diamantina;

- Declaração da Chapada Diamantina como **Patrimônio Hídrico** da Bahia, assegurando sua defesa por meio do conceito dos direitos da natureza: proteção das nascentes, dos rios e da sociobiodiversidade.

Concluímos que a Chapada Diamantina é uma região rica em patrimônios naturais, como água, solo e biodiversidade. É fundamental que esse patrimônio seja preservado e usufruído de forma popular e sustentável, de modo a garantir sua permanência para as futuras gerações.

Na compreensão dos crescentes impactos de empreendimentos minerários, energéticos e do agronegócio na região, reivindicamos que os órgãos competentes atuem de forma rigorosa na fiscalização das atividades já existentes e nas futuras que pretendem se instalar, bem como que garantam a participação efetiva das comunidades nos processos de autorização de pesquisa e/ou implantação de empreendimentos em áreas próximas às comunidades tradicionais e rurais.

Repudiamos a mineração na **Serra da Chapadinha**, pois entendemos que este território é um patrimônio inestimável para o Estado da Bahia, de valor incalculável como fonte de abastecimento de água para milhões de pessoas. Também apontamos que a criação da **Unidade de Conservação Serra da Chapadinha** é fruto da luta popular para a preservação da biodiversidade da região, uma vez que este território é área de recarga hídrica da Bacia Hidrográfica do Paraguaçu, além de outras importantes bacias do estado. É fundamental que essa unidade seja implantada e gerida de forma participativa e democrática, envolvendo as comunidades locais na sua gestão e garantindo a sua sustentabilidade, segundo recomendação do Ministério Público Federal.

Reafirmamos que os direitos dos povos são fundamentais para a construção de uma sociedade diversa, mais justa e igualitária. É preciso que as autoridades competentes garantam o respeito aos direitos das comunidades ribeirinhas, dos povos tradicionais e das comunidades locais, assegurando o seu direito à terra, à água, ao patrimônio natural e à manutenção de suas culturas.

Por fim, reivindicamos a reativação da **Escola Família Agrícola de Colônia – Itaeté (EFACI)**, que é fundamental para a formação de jovens do entorno e para a preservação da agricultura familiar na região. É preciso que as autoridades competentes atuem na regularização das pendências da escola e que, posteriormente, garantam as obras de reforma, além dos recursos necessários para sua manutenção, de modo a assegurar a continuidade da EFACI e seu importante papel na formação de cidadãos e cidadãs críticos e conscientes.

Diante do exposto, reafirmamos o nosso compromisso com a luta pela agroecologia e pela soberania popular na Chapada Diamantina. Seguiremos unidos e mobilizados na defesa dos nossos direitos e na construção de um mundo mais justo e sustentável. Vida em primeiro lugar!

Itaeté, 9 de setembro de 2023

Entidades/Organizações que assinam essa Carta-Manifesto:

Associação Clube de Mães de Colônia
Ponto de Cultura Rosa Preta
Assentamento Europa – MST
Assentamento Santa Clara – MST
Assentamento Márcio Matos II – MST
MST Regional Chapada Diamantina
Assentamento Rosely Nunes
Povos Originários Payayá
Fórum Popular da Natureza – FPN
Instituto de Permacultura da Bahia – IPB
GGF
Grito dos Excluídos Continental
Escola Família Agrícola de Colônia - Itaeté (EFACI)
Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM
Articulação Nacional pelos Direitos da Natureza – A Mãe Terra
Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Itaeté – SINTRAF
Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado da Bahia - SINDAE
Centro de Pesquisas em Etnicidades, Movimentos Sociais e Educação Opará (UNEB)
Grupo de Pesquisa GeografAR – UFBA - Universidade Federal da Bahia
UEFS- Universidade Estadual de Feira de Santana
IFBA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
Frente Parlamentar Mista Socioambientalista e em Defesa de Territórios dos Povos e Comunidades Tradicionais

Com registro de presença de representações dos seguintes órgãos de governo:

Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia (SEMA), representando o Governador do Estado
Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC), representando o Governador do Estado
Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itaeté (SEMA)

Intercâmbio de **AGROECOLOGIA E SOBERANIA POPULAR** da Chapada Diamantina

REALIZAÇÃO:



APOIO:



COLABORAÇÃO:

